

Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.552.142/0001-06

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, da Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Alvorada Cartões), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício, a Alvorada Cartões registrou Lucro Líquido de R\$ 105,8 milhões, correspondente a R\$ 21,11 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 2 bilhões e Ativos Totais de R\$ 2,1 bilhões.

Osasco, SP, 29 de janeiro de 2014.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
	2013	2012		2013	2012
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	1.434.219	1.448.783	CIRCULANTE	25.587	102.283
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	154	100	OUTRAS OBRIGAÇÕES	25.587	102.283
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	1.320.505	1.267.006	Sociais e Estatutárias	1.004	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.320.505	1.267.006	Fiscais e Previdenciárias (Nota 11a)	19.974	95.321
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			Diversas (Nota 11b)	4.609	6.962
DERIVATIVOS (Nota 6)	84.133	110.219	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	67.380	133.745
Carteira Própria	37.687	86.574	OUTRAS OBRIGAÇÕES	67.380	133.745
Vinculados à Prestação de Garantias	46.446	23.645	Fiscais e Previdenciárias (Nota 11a)	42.299	111.812
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1	20	Diversas (Nota 11b)	25.081	21.933
Transferências Internas de Recursos	1	20	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.039.251	1.943.380
OUTROS CRÉDITOS	29.419	71.401	Capital:		
Rendas a Receber (Nota 7a)	18.360	18.623	- De Domiciliados no País (Nota 12a)	1.707.000	1.707.000
Diversos (Nota 7b)	11.059	52.778	Reservas de Lucros (Nota 12c)	325.699	220.951
OUTROS VALORES E BENS	7	37	Ajustes de Avaliação Patrimonial	6.552	15.429
Outros Valores e Bens	55	85			
Provisões para Desvalorizações	(48)	(48)			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	357.053	398.570			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS					
DERIVATIVOS (Nota 6)	53.435	57.409			
Moeda de Privatização	53.435	57.409			
OUTROS CRÉDITOS	303.618	341.161			
Rendas a Receber (Nota 7a)	-	1.896			
Diversos (Nota 7b)	303.618	339.265			
PERMANENTE	340.946	332.055			
INVESTIMENTOS (Nota 8)	270.713	260.120			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País	270.379	259.786			
Outros Investimentos	3.174	3.174			
Provisões para Perdas	(2.840)	(2.840)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 9)	70.233	71.935			
Imóveis de Uso	119.873	119.873			
Depreciações Acumuladas	(49.640)	(47.938)			
TOTAL	2.132.218	2.179.408	TOTAL	2.132.218	2.179.408

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil						DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil							
	2º Semestre 2013	Exercícios findos em 31 de dezembro		Ajustes de Avaliação Patrimonial									
		2013	2012	Capital Social	Reservas de Lucros	Próprias	Coligadas e Controladas	Lucros Acumulados	Totais				
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	64.373	113.443	303.965	Eventos									
Operações de Crédito	506	1.682	1.682	Saldos em 30.6.2013	1.707.000	122.026	138.690	6.966	625	-	-	-	1.975.307
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	63.867	112.510	302.283	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(274)	(765)	-	-	-	(1.039)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	64.373	113.443	303.965	Saldos em 31.12.2013	1.707.000	125.306	200.393	6.692	(140)	-	-	-	2.039.251
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	21.704	28.328	39.943	Saldos em 31.12.2011	3.044.000	107.482	1.625.884	7.761	(1.184)	-	-	-	4.783.943
Despesas de Pessoal (Nota 13)	(1.447)	(1.987)	(64)	Redução de Capital	(1.337.000)	-	-	-	-	-	-	-	(1.337.000)
Outras Despesas Administrativas (Nota 14)	(3.860)	(6.651)	(4.610)	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(539)	9.391	-	-	-	8.852
Despesas Tributárias (Nota 15)	(3.458)	(6.061)	(14.962)	Saldos em 31.12.2012	1.707.000	120.019	100.932	7.222	8.207	-	-	-	1.943.380
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 8a)	11.041	19.886	50.288	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(530)	(8.347)	-	-	-	(8.877)
Outras Receitas Operacionais (Nota 16)	23.658	29.625	16.054	Saldos em 31.12.2011	3.044.000	107.482	1.625.884	7.761	(1.184)	-	-	-	4.783.943
Outras Despesas Operacionais (Nota 17)	(4.230)	(6.484)	(6.763)	Redução de Capital	(1.337.000)	-	-	-	-	-	-	-	(1.337.000)
RESULTADO OPERACIONAL	86.077	141.771	343.908	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(539)	9.391	-	-	-	8.852
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 18)	6.636	12.911	40.972	Saldos em 31.12.2012	1.707.000	120.019	100.932	7.222	8.207	-	-	-	1.943.380
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	92.713	154.682	384.880	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(530)	(8.347)	-	-	-	(8.877)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 21)	(27.107)	(48.930)	(134.129)	Saldos em 31.12.2011	3.044.000	107.482	1.625.884	7.761	(1.184)	-	-	-	4.783.943
LUCRO LÍQUIDO	65.606	105.752	250.751	Redução de Capital	(1.337.000)	-	-	-	-	-	-	-	(1.337.000)
Número de ações (Nota 12a)	5.009.948.649	5.009.948.649	5.009.948.649	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(539)	9.391	-	-	-	8.852
Lucro por lote de mil ações em R\$	13,10	21,11	50,05	Saldos em 31.12.2012	1.707.000	120.019	100.932	7.222	8.207	-	-	-	1.943.380

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil						
	2º Semestre 2013	Exercícios findos em 31 de dezembro		Descrição	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro			
		2013	2012		2013	%	2013	2012	%	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				1 - RECEITAS	90.437	92,6	149.495	91,8	354.228	88,5
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	92.713	154.682	384.880	1.1) Intermediação Financeira	64.373	65,9	113.443	69,7	303.965	76,0
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(21.945)	(27.323)	(68.440)	1.2) Outras	26.064	26,7	36.052	22,1	50.263	12,5
Depreciações	851	1.702	1.702	2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(2.934)	(3,0)	(4.840)	(3,0)	(2.908)	(0,7)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(11.041)	(19.886)	(50.288)	Serviços de Terceiros	(15)	-	(72)	-	(135)	-
(Reversão)/Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	(11.679)	(9.063)	9.660	Serviços do Sistema Financeiro	(130)	(0,1)	(260)	(0,2)	(246)	(0,1)
(Ganho)/Perda na Venda de Bens Não de Uso Próprio	(76)	(76)	102	Propaganda, Promoções e Publicidade	(79)	(0,1)	(232)	(0,2)	(211)	-
Outras Provisões	-	-	(29.616)	Manutenção e Conservação de Bens	(671)	(0,7)	(671)	(0,4)	-	-
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	70.768	127.359	316.440	Serviços Técnicos Especializados	(1.874)	(1,9)	(3.284)	(2,0)	(2.253)	(0,6)
Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.263.991	1.267.006	2.814.675	Contribuições Filantrópicas	(150)	(0,2)	(150)	(0,1)	-	-
Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros				Outras	(15)	-	(171)	(0,1)	(63)	-
Derivativos	20.225	26.086	55.011	3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	87.503	89,6	144.655	88,8	351.320	87,8
Redução/(Aumento) em Relações Interdependências	89	19	(3)	4 - DEPRECIAÇÕES	(851)	(0,9)	(1.702)	(1,0)	(1.702)	(0,4)
Redução/(Aumento) em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	39.290	61.636	(52.911)	5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	86.652	88,7	142.953	87,8	349.618	87,4
Redução em Outras Obrigações	(70.288)	(109.867)	(39.717)	PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	86.652	88,7	142.953	87,8	349.618	87,4
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(6.544)	(56.439)	-	6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	11.041	11,3	19.886	12,2	50.288	12,6
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	1.317.531	1.315.800	3.093.495	Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11.041	11,3	19.886	12,2	50.288	12,6
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:				7 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (5+6)	97.693	100,0	162.839	100,0	399.906	100,0
Redução em Títulos Disponíveis para Venda	1.663	3.444	3.354	8 - DISTRIBUIR VALOR ADICIONADO	97.693	100,0	162.839	100,0	399.906	100,0
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	113	113	12	8.1) Pessoal	1.447	1,5	1.987	1,2	64	-
Redução de Capital de Investida	56	56	-	Outros Encargos	1.447	1,5	1.987	1,2	64	-
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	(7)	(7)	(9)	8.2) Impostos, Taxas e Contribuições	30.565	31,3	54.991	33,8	149.091	37,3
Aquisição de Investimentos	-	-	(6)	Federais	30.565	31,3	54.991	33,8	149.061	37,3
Dividendos Recebidos de Coligadas e Controladas	1.153	1.153	3.410	Municipais	-	-	-	-	30	-
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	2.978	4.759	6.761	8.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	75	0,1	109	0,1	-	-
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:				Aluguéis	75	0,1	109	0,1	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	-	(1.763.166)	8.4) Remuneração de Capitais Próprios	65.606	67,1	105.752	64,9	250.751	62,7
Redução de Capital	-	-	(1.337.000)	Dividendos	623	0,6	1.004	0,6	137.282	34,3
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(1.337.000)	(1.337.000)	(3.106.166)	Lucros Retidos	64.983	66,5	104.748	64,3	113.469	28,4
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.320.509	1.320.559	90							
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	150	100	10							
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	1.320.659	1.320.659	100							
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.320.509	1.320.559	90							

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Alvorada Cartões ou Instituição), tem como objetivo as operações de concessão de créditos e financiamentos de bens e serviços, financiamentos de capital de giro e administração de recursos de terceiros, bem como a emissão, a administração de cartões de crédito, próprios e/ou de terceiros, a cobrança de faturas e o financiamento aos clientes, podendo ainda participar no capital social de outras empresas. A Alvorada Cartões é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às Normas e Instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de outubro de 2012 deliberou-se a redução do capital social em conformidade com o disposto no Artigo 173 da Lei nº 6.404/76, sem o cancelamento de ações, a fim de ajustar o valor do capital próprio da Sociedade que se mostrava excessivo às suas efetivas necessidades operacionais (Nota 12b). As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 29 de janeiro de 2014.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a

Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Empresa da Organização Bradesco
 CNPJ 74.552.142/0001-06

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como a origem e previsão de realização dos créditos tributários, estão apresentados na Nota 21.

g) Investimentos
 Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.
 Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

h) Imobilizado
 Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.
 É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - edificações - 4% ao ano e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

i) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)
 Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda em relação ao seu valor contábil.
 A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.
 Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

j) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
 O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:
 • Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
 • Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
 • Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
 • Obrigações legais - provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 10.

k) Outros ativos e passivos
 Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia).

l) Eventos subsequentes
 Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:
 • Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
 • Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Disponibilidades em moeda nacional	154	100
Total de disponibilidades (caixa)	154	100
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	1.320.505	-
Total caixa e equivalentes de caixa	1.320.659	100

(1) Referem-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Vencimentos
 Correspondem a aplicações em depósitos interfinanceiros no valor de R\$ 1.320.505 mil, com vencimentos até 90 dias (2012 - R\$ 1.267.006 mil com vencimento até 180 dias).

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	98.682	286.596
Total (Nota 6b)	98.682	286.596

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Títulos (1)	Em 31 de dezembro - R\$ mil						
	2013			2012			
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo	Marcação a mercado
Títulos para negociação (3)	3.876	2.076	8.900	69.279	84.131	-	110.216
Letras financeiras do tesouro	-	327	4.250	63.606	68.183	68.183	78.239
Certificados de depósito bancário	837	678	24	-	1.539	1.539	2.963
Letras do tesouro nacional	-	-	-	1.223	1.223	1.223	12.084
Debêntures	-	18	97	2.197	2.312	2.312	2.711
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	5.738
Outros	-	1.053	4.529	2.253	7.835	7.835	8.481
Operações compromissadas	3.039	-	-	-	3.039	3.039	-
Títulos disponíveis para venda	2	-	53.435	53.437	42.284	11.153	57.412
Ações	2	-	-	-	2	3	3
Certificados de privatização	-	-	-	53.435	53.435	42.284	11.151
Total em 2013	3.878	2.076	8.900	122.714	137.568	126.415	11.153
Total em 2012	16.390	6.541	6.312	138.385	-	-	167.628

(1) As aplicações em cotas de fundos exclusivos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras e, no caso de operações compromissadas, pelos respectivos papéis que estão lastreando as operações, preservando a classificação da categoria dos fundos. No encerramento do exercício, os fundos de investimento exclusivos administrados pelo Conglomerado Bradesco somavam R\$ 31.469 mil (2012 - R\$ 57.629 mil). Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;
 (2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e
 (3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

b) Resultado de títulos e valores mobiliários
 Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	98.682	286.596
Títulos de renda fixa	9.869	9.993
Fundos de investimento	3.959	5.667
Títulos de renda variável	-	27
Total	112.510	302.283

c) A Alvorada Cartões não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

7) OUTROS CRÉDITOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Dividendos e juros sobre o capital próprio	18.360	18.623
Outros	-	1.896
Total	18.360	20.519

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Depósitos em garantia de recursos fiscais	139.435	163.804
Impostos a recuperar (1)	113.763	112.055
Créditos tributários e impostos e contribuições (Nota 21c)	40.543	58.169
Impostos e contribuições a compensar	13.744	50.701
Depósitos em garantia - outros	3.775	3.740
Depósitos em garantia de recursos trabalhistas	1.546	2.145
Outros	1.871	1.429
Total	314.677	392.043

(1) Referem-se a PIS, COFINS, IRPJ e CSLL.

8) INVESTIMENTOS
a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".

Empresas	Capital líquido		Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)	Participação no capital social (%)	Lucro/ (prejuízo) líquido	Valor contábil	Ajuste decorrente de avaliação (2)			
	social	ajustado					2013	2012		
	2013	2012					2013	2012		
BEC - DTVM Ltda.	22.500	41.050	-	22.499	99,999	1.753	41.050	39.314	1.753	1.751
Serel Participações S.A.	212.000	501.732	1.640	-	11,357	87.230	174.675	164.862	9.907	41.032
Tapajós Holdings Ltda.	413.333	634.951	-	24.836	6,007	112.734	38.144	39.709	6.772	6.286
Caeté Holdings Ltda.	108.700	299.031	-	304	0,756	184.084	2.260	1.713	1.391	1.187
Marselha Holdings Ltda.	185.300	449.399	-	101	0,055	114.401	246	184	63	32
Tecnologia Bancária S.A. (1)	-	-	-	-	-	-	14.004	14.004	-	-
Total Geral	270.379	259.786	19.886	50.288						

(1) Investimento na Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN - não avaliado pelo método de equivalência patrimonial em decorrência das alterações estabelecidas pela Resolução nº 3.619/08 do CMN; e
 (2) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados, periodicamente, pelas Companhias e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, quando aplicáveis.

b) Composição de outros investimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Aplicações por incentivos fiscais	3.120	3.120
Outros investimentos	46	46
Títulos patrimoniais	8	8
Subtotal	3.174	3.174
Provisão para perdas em aplicações por incentivos fiscais	(2.829)	(2.829)
Provisão para perdas em outros investimentos	(11)	(11)
Subtotal	(2.840)	(2.840)
Total	334	334

9) ATIVO IMOBILIZADO

	Taxa		Custo		Depreciação		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Imóveis de uso	-	-	64.138	64.138	-	-	64.138	64.138
- Terrenos	-	-	64.138	64.138	-	-	64.138	64.138
- Edificações	4%	4%	55.735	55.735	(49.640)	(49.640)	6.095	7.797
Total em 2013			119.873	(49.640)	70.233			
Total em 2012			119.873	(47.938)	71.935			

10) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes
 Não são reconhecidos contabilmente os ativos contingentes.
b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
 A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.
I - Processos trabalhistas
 São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.
II - Processos cíveis
 São pleitos de indenização por danos moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.
III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais
 A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.
 Em novembro de 2013, a Alvorada Cartões aderiu ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários, com anistia para liquidação de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), instituído pela Lei nº 12.865/13, relativos à contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), de que trata o Capítulo I da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, devidos por instituições financeiras e Companhias seguradoras. A Alvorada Cartões também utilizou da prerrogativa do artigo 17 da Lei nº 12.865/13, que reabriu, até 31 de dezembro 2013, o prazo para adesão ao programa previsto na Lei nº 11.941/09.
 Na Alvorada Cartões, os principais processos incluídos nesses programas referem-se aos questionamentos: (i) Calcular e recolher a Cofins, a partir de outubro de 2005, sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da Lei Complementar no 70/91, afastando-se assim a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida pelo parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 e (ii) CSLL - Dedutibilidade na base de cálculo do IRPJ, que pleiteava calcular e recolher o imposto de renda devido, relativo ao ano-base de 1998 e subsequentes, sem efetuar a adição da CSLL na base de cálculo respectiva, determinada pelo artigo 1º, da Lei nº 9.316/96, uma vez que essa contribuição representa uma despesa efetiva, necessária e obrigatória à empresa.
 Considerando as determinações específicas dos referidos programas, os efeitos contábeis das ações judiciais incluídas na modalidade pagamento à vista foram reconhecidos no momento da adesão.
 O total líquido resultante da adesão aos programas foi, substancialmente, registrado na rubrica de "Outras Receitas Operacionais". A Alvorada Cartões não se utilizou de prejuízo fiscal ou base negativa de Contribuição Social na liquidação de juros dos débitos inseridos no programa que facultava a Lei nº 12.865/13.

IV - Movimentação das provisões constituídas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e previdenciárias (1)
Saldo no início do exercício de 2013	1.146	23.777	96.728
Atualização monetária	148	458	5.020
Constituições líquidas de reversões e baixas	751	-	(15.440)
Baixas por pagamento (2)	(701)	(68)	(19.889)
Transferências (2)	-	-	(38.889)
Saldo no final do exercício de 2013 (Notas 11a e 11b)	1.344	24.167	27.531

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.
 (2) Na rubrica "Fiscais e Previdenciárias" inclui baixas de processos que foram objeto de adesão ao programa de parcelamento e pagamentos à vista de débitos tributários, Lei nº 12.865/13.
c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis
 A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.
 Os principais processos com essa classificação são:
 a) Autuação de IRPJ e CSLL, relativos aos anos-bases de 2007 e 2008, lançados sobre glosa de despesa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, no valor de R\$ 85.770 mil; e
 b) Autuação relativo à IRPJ e CSLL do ano calendário de 2008 referente a amortização do ágio, dedução das perdas no recebimento de créditos e ganho em operação de desmutualização de títulos da CETIP, no valor de R\$ 153.193 mil.

11) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Provisões fiscais (Nota 10b)	27.531	96.728
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	19.355	94.920
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 21c e 21f)	14.769	14.720
Impostos e contribuições a recolher	618	765
Total	62.273	207.133

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Provisões cíveis (Nota 10b)	24.167	23.777
Provisão para pagamentos a efetuar	3.921	3.898
Provisões trabalhistas (Nota 10b)	1.344	1.146
Outros	258	74
Total	29.690	28.895

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social
 O capital social no montante de R\$ 1.707.000 mil (2012 - R\$ 1.707.000 mil), totalmente subscrito e integralizado, é representado por 5.009.948.649 ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.
b) Movimentação do capital social

	Ações	R\$ mil
Em 1º de janeiro de 2012	5.009.948.649	3.044.000
Redução de capital - AGE de 8.10.2012 (1)	-	(1.337.000)
Em 31 de dezembro de 2013	5.009.948.649	1.707.000

(1) Redução de Capital Social mediante restituição em dinheiro ao único acionista da Sociedade (Banco Bradesco S.A.). Processo homologado pelo BACEN em 10 de outubro de 2012.

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Reservas de lucros	325.699	220.951
- Reserva legal (1)	125.306	120.019
- Reserva estatutária (2)	200.393	100.932

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio
 Aos acionistas estão assegurados juros sobre o

Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A.
 Empresa da Organização Bradesco
 CNPJ 74.552.142/0001-06
 Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

Gestão, Elaboração e Divulgação de Relatórios de Análise Econômica Financeira e Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco
ISO 9001

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

13) DESPESAS DE PESSOAL
 Refere-se a processos trabalhistas no montante de R\$ 1.987 mil (2012 - R\$ 64 mil).

14) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Serviços técnicos especializados	3.284	2.253
Depreciações	1.702	1.702
Conservação e manutenção	671	-
Serviços do sistema financeiro	260	246
Propaganda e publicidade	232	211
Serviços de terceiros	72	135
Outras	430	63
Total	6.651	4.610

15) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Contribuição à COFINS	5.034	12.672
Contribuição ao PIS	818	2.060
Impostos e taxas	209	230
Total	6.061	14.962

16) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Atualização de depósitos judiciais	10.974	9.027
Créditos fiscais	2.047	4.702
Reversão de provisões operacionais	1.088	2.309
Juros sobre o capital próprio/dividendos recebidos	12	16
Outras (1)	15.504	-
Total	29.625	16.054

(1) Inclui o valor de R\$ 15.439 mil referente ao total líquido resultante da adesão ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários (Nota 10b III).

17) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Varição monetária sobre tributos	5.180	4.335
Patrocínio cultural	940	1.825
Indenizações cíveis	124	557
Outras	240	46
Total	6.484	6.763

18) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Receitas de alugueis	12.835	11.457
Resultado na alienação de investimento e valores e bens	76	(102)
Reversão de provisões não operacionais	-	29.603
Provisão para desvalorização de bens não de uso	-	14
Total	12.911	40.972

19) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
 a) As transações com controlador e empresas coligadas e controladas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2013	2012	2013	2012
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A.	154	100	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.	1.320.505	1.267.006	98.682	286.596
Dividendos/juros sobre o capital próprio:				
Banco Bradesco S.A.	(1.004)	-	-	-
Serel Participações S.A.	18.265	18.263	-	-
Caeté Holdings Ltda.	13	278	-	-
Outras controladas e coligadas	82	82	-	-
Aluguel:				
BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM	-	-	510	522
Banco Bradesco S.A.	-	-	9.125	9.863

b) **Remuneração do pessoal-chave da Administração**
 Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:
 • O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
 • A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.
 A Instituição é parte integrante da organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.
 A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações
 Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:
 a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
 b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
 c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
 Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

20) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS
 A Alvorada Cartões (Incorporadora do Banco BEC S.A.) patrocina plano de benefício definido por meio da Caixa de Previdência Privada do Banco do Estado do Ceará - CABEC. As obrigações atuariais dos planos de contribuição definida e benefício definido estão integralmente cobertas pelos patrimônios dos planos.
 Os recursos garantidores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente (títulos públicos e privados, ações de Companhias abertas e imóveis).

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da
Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A.
 Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis
 A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
 Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.
 Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não

21) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
 a) **Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	154.682	384.880
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	(61.873)	(153.952)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas	7.954	20.115
Despesas dedutíveis líquidas de receitas não tributáveis (1)	5.198	(833)
Outros valores	(209)	541
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(48.930)	(134.129)

(1) Contempla o efeito fiscal resultante da adesão ao programa de parcelamento de débitos tributários, com anistia para liquidação de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), instituído pela Lei nº 12.865/13.

b) **Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social**

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social, devidos	(31.304)	(121.647)
Impostos diferidos		
Constituição/realização, no exercício, sobre adições temporárias	(17.626)	(12.482)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(48.930)	(134.129)

c) **Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos**

	Em R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2012	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2013
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.002	-	-	2.002
Provisões cíveis	9.510	183	28	9.665
Provisões fiscais	28.083	2.008	18.460	11.631
Provisões trabalhistas	458	538	458	538
Provisão para perda de títulos e investimentos	7.484	-	-	7.484
Provisão para desvalorização de bens imóveis	172	-	-	172
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação	9.264	6	657	8.613
Outros	1.196	118	876	438
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias (Nota 7b)	58.169	2.853	20.479	40.543
Obrigações fiscais diferidas (Nota 11a)	14.720	3.935	3.886	14.769
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	43.449	(1.082)	16.593	25.774

d) **Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias**

	Em 31 de dezembro de 2013 - R\$ mil		
	Diferenças temporárias	Contribuição social	Total
2014	5.694	3.267	8.961
2015	12.006	6.977	18.983
2016	8.068	4.458	12.526
2017	46	27	73
Total (Nota 7b)	25.814	14.729	40.543

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.
 e) O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, corresponde ao montante de R\$ 38.254 mil (2012 - R\$ 55.396 mil) de diferenças temporárias.

f) **Obrigações fiscais diferidas**
 A sociedade possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 14.769 mil (2012 - R\$ 14.720 mil) relativas a: (i) ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários - R\$ 4.461 mil (2012 - R\$ 4.814 mil); e (ii) atualização monetária de depósitos judiciais de R\$ 10.308 mil (2012 - R\$ 9.906 mil).

22) OUTRAS INFORMAÇÕES
 a) **Gerenciamento de riscos**
 A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização Bradesco, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas.
 A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.
 O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil da atividade da Organização Bradesco.
 A Alvorada CCFI, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.
 b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.
 Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:
 • Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
 • Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
 • Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
 • Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
 • Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
 • Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
 • Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
 • Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1).
 Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.
 c) Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins. A MP 627/13 dispõe sobre:
 • A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
 • A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
 • O parcelamento especial de contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da seguridade Social - Cofins.
 A Instituição aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes.
 d) Não houve qualquer evento subsequente que requer ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2013.

A DIRETORIA
 Jorge Andrade Costa – Contador – CRC 1SP159543/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Osasco, 24 de fevereiro de 2014

KPMG
 KPMG Auditores Independentes
 CRC 2SP028567/O-1 F SP

Cláudio Rogério Sertório
 Contador CRC 1SP212059/O-0

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO
 ALVORADA CARTOES, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA.....2

Diário Oficial Empresarial 2
 Estado de São Paulo

Volume 124 • Número 53 Página 4
 São Paulo, quinta-feira, 20 de março de 2014

imprensaoficial
 GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Certificação Digital.
Segura, ágil e 100% confiável.

Imprensa Oficial, a Autoridade Certificadora Oficial do Governo do Estado de São Paulo.

www.imprensaoficial.com.br

imprensaoficial
 GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 74.552.142/000-06
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, da Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Alvorada Cartões), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício, a Alvorada Cartões registrou Lucro Líquido de R\$ 105,8 milhões, correspondente a R\$ 21,11 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 2 bilhões e Ativos Totais de R\$ 21,2 bilhões.

Osasco, SP, 29 de janeiro de 2014.

Diretora

Table with columns: 2013, 2012, 2013, 2012. Rows include Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro - Em Reais mil, Circulante, Disponibilidades, Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, etc.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Two tables side-by-side. Left: Demonstração do Resultado (2013, 2012). Right: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (2013, 2012).

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil

Two tables side-by-side. Left: Demonstração do Fluxo de Caixa (2013, 2012). Right: Demonstração do Valor Adicionado (2013, 2012).

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Alvorada Cartões ou Instituição), tem como objetivo as operações de concessão de créditos e financiamentos de bens móveis, financeiros, financeiros de capital de giro e administrados em carteira e administração de cartões de crédito, próprios e/ou de terceiros, a cobrança de faturas e o financiamento aos clientes, podendo ainda participar no capital social de outras empresas.
2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 4.047/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a consolidação das operações associadas às Normas e Instruções do Conselho Normativo Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), Incluem estimativas e premissas, tais como: normalização do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cívicas, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de títulos e valores mobiliários; e em categorias de mercado ou ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.
3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.
b) Ajuste do resultado
O resultado é ajustado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente do recebimento ou pagamento. As apurações são baseadas em taxas preferenciais sobre o valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em cartão de amortização dos resultados ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial.
c) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data de efetiva aplicação, são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus recursos de curto prazo.
d) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As operações comprometidas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.
e) Títulos e valores mobiliários - classificação
- Títulos para negociação: adquiridos com o propósito de serem vendidos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
f) Imposto de renda e contribuição social
Os ativos financeiros e passivos são avaliados com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.
g) Investimentos
Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.
h) Imobilização
Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercícios com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a titularidade, e os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercícios com essa finalidade.
i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pela CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 8.223/09 do CMN, sendo:
- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da operação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho com o cumprimento certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de fato é provável, são divulgados nas notas explicativas.
- Provisões: são constituídas levando em conta o opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Passivos contingentes: são passivos contingentes não reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações, por serem passivos não provisionados e não divulgados, e

continuação

Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 14.552.142/0001-06
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".

Empresas	Capital líquido		Participação em coligadas e controladas		Lucro/(prejuízo) líquido ajustado	Valor contábil		Ajuste decorrente da avaliação (2)	
	2013	2012	2013	2012		2013	2012	2013	2012
BEC - DTVM Ltda.	22.500	41.050	22.499	99.999	1.753	41.050	39.314	1.753	1.751
Serel Participações S.A.	212.000	501.732	1.640	-	11.357	174.675	164.862	9.907	41.032
Tapijós Holdings Ltda.	413.333	634.951	-	24.836	6.007	112.734	38.144	39.709	6.772
Caesal Holdings Ltda.	108.700	299.011	304	0.726	184.084	2.291	1.713	1.991	1.187
Marshall Holdings Ltda.	185.300	449.399	-	101	0.055	114.401	246	184	63
Tecnologia Bancária S.A. (1)	-	-	-	-	-	14.004	14.004	-	-
Total Geral						276.728	726.788	19.886	50.288

(1) Investimento na Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN - não avaliado pelo método de equivalência patrimonial em decorrência das alterações estabelecidas pela Resolução nº 3.618/08 do CMN e (2) Ajuste decorrente de avaliação com base nos resultados apurados, periodicamente, pelas Companhias e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, quando aplicáveis.

b) Composição de outros investimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Aplicações por incentivos fiscais	3.120	3.120
Outros investimentos	46	46
Títulos patrimoniais	8	8
Subtotal	3.174	3.174
Provisão para perdas em aplicações por incentivos fiscais	(2.829)	(2.829)
Provisão para perdas em outros investimentos	(11)	(11)
Subtotal	(2.840)	(2.840)
Total	334	334

c) ATIVO MOBILIZADO

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Inovéis de uso	-	-
Terenos	64.138	64.138
Edificações	55.735	49.640
Total em 2013	119.873	113.778
Total em 2012	119.873	113.778

10) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente os ativos contingentes.
b) **Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**
A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento da Instituição e a possibilidade de perda para avaliação como provável.
A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recurso, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Processos civis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento da Instituição e a possibilidade de perda para avaliação como provável.
A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recurso, ou a sua prescrição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, e de acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, têm acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer do encerramento de cada processo, poderão resultar em créditos favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

Em novembro de 2013, a Alvorada Cartões aderiu ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários, com anista para liquidação de débitos decorrentes da Recolha Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), instituído pela Lei nº 12.865/13, relativos à contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), de que trata o Capítulo II da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, devido por instituições financeiras e companhias seguradoras. A Alvorada Cartões também utilizou da prerrogativa do Artigo 1º do artigo 2º da Lei nº 12.865/13 e (ii) CSLL - Distribuída na base de cálculo do IRPJ, que permite calcular e receber o imposto de renda devido, relativo ao ano-base de 1998 e subsequentes, sem efetuar a adição da CSLL na base de cálculo respectiva, determinada pelo artigo 1º, da Lei nº 9.319/96, uma vez que essa contribuição representa uma despesa efetiva, necessária e obrigatória à empresa.
Considerando as determinações específicas dos referidos programas, os efeitos contábeis das ações judiciais incluídas na modalidade pagamento à vista foram reconhecidos no momento da adesão.
O total líquido resultante dos processos em curso foi, substancialmente, registrado na rubrica de "Outras Receitas Operacionais". A Alvorada Cartões não se utilizou de prejuízo fiscal ou base negativa de Contribuição Social na liquidação de juros dos débitos inseridos no programa que facultou a Lei nº 12.865/13.

IV - Movimentação das provisões constituídas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Fiscais e previdenciárias (1)	2012
Saldo no início do exercício de 2013:		
Atualização monetária	148	458
Constituições líquidas de reversões e baixas	751	(15.440)
Baixas por pagamento (2)	(701)	(6)
Transferências (2)	-	(38.889)
Saldo no final do exercício de 2013 (Notas 11a e 11b)	1.344	24.167

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.
(2) Na rubrica "Fiscais e Previdenciárias" inclui baixas de processos que foram objeto de adesão ao programa de parcelamento e pagamentos à vista de débitos tributários, Lei nº 12.865/13.

c) Passivos contingentes classificadas como perdas prováveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autor" ou "réu", e ampara na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e estatísticas, se necessária, a reavaliação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda provável não são reconhecidos contabilmente.
Os principais processos com essa classificação são:
a) Autuação de IRPJ e CSLL - relativos aos anos-bases de 2007 e 2008, lançados sobre guia de despesa de amortização de ação na aquisição de investimentos, no valor de R\$ 85.770 mil;
b) Autuação relativa à IRPJ e CSLL do ano calendário de 2008 referente a amortização do ágio, dedução das perdas no recebimento de créditos e ganho em operação de desinvestimento de ações da CETIP, no valor de R\$ 153.183 mil.

11) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Provisões fiscais (Nota 10b)	27.531	96.728
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	19.355	94.920
Provisão para impostos e contribuições diferidas (Nota 21c e 21f)	14.780	19.888
Impostos e contribuições a receber	618	765
Total	62.273	207.133
b) Diversas		
Provisões cíveis (Nota 10b)	24.167	23.777
Provisão para pagamentos a efetuar	3.921	1.188
Provisões trabalhistas (Nota 10b)	1.344	3.446
Outros	258	74
Total	29.690	28.895

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social**
O capital social no montante de R\$ 1.707.000 mil (2012 - R\$ 1.707.000 mil), totalmente subscrito e integralizado, é representado por 5.009.948.649 ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.
b) **Movimentação do capital social**

	Ações		R\$ mil	
	2013	2012	2013	2012
Em 1º de janeiro de 2012	5.009.948.649	5.009.948.649	3.044.000	3.044.000
Redução de capital - AGE de 8.10.2012 (1)	-	-	(1.337.000)	(1.337.000)
Em 31 de dezembro de 2012	5.009.948.649	5.009.948.649	1.707.000	1.707.000

(1) Redução do Capital Social mediante a restituição em dinheiro ao único acionista da Sociedade (Banco Bradesco S.A.), Processo homologado pelo BACEN em 10 de outubro de 2012.

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Reservas de lucros	325.699	220.851
- Reserva legal (1)	125.306	125.306
- Reserva estatutária (2)	200.393	100.532
(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos. (2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destino estatutário das reservas, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.		
d) Dividendos e juros sobre o capital próprio		
As ações estão asseguradas juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos. Demonstrativo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro:		

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Lucro líquido	105.752	250.751
(i) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(5.287)	(12.537)
Base de cálculo	100.465	238.214
Dividendos propostos/pagos (1)	1.004	1.763.166
Percentual em relação à base de cálculo	1,0%	-
Dividendos por lote de mil ações - em Reais	0,20	-

(1) Em 2012, no dividendo pago em 6 de setembro foi utilizado parte da Reserva Estatutária, conforme Ata da Reunião da Diretoria de 31 de agosto de 2012.
Retire-se a processos trabalhistas no montante de R\$ 1.987 mil (2012 - R\$ 64 mil).

14) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Serviços técnicos especializados	3.284	2.253
Depreciações	1.702	671
Conservação e manutenção	671	1.020
Serviços do sistema financeiro	260	246
Propaganda e publicidade	232	211
Serviços de terceiros	12	12
Outros	430	630
Total	6.651	4.610

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A. Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Instituição), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis
A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui,

15) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Contribuição à COFINS	5.634	12.672
Contribuição ao PIS	818	2.060
Impostos e taxas	209	230
Outros	6.061	14.962

16) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Atualização de depósitos judiciais	10.974	8.027
Créditos fiscais	2.047	4.702
Reversão de provisões operacionais	1.088	2.309
Juros e o capital próprio/dividendos recebidos	12	16
Outras (1)	15.504	-
Total	29.625	16.054

(1) Inclui a valor de R\$ 15.439 mil referente ao total líquido resultante da adesão ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários (Nota 10b).

17) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Variação monetária sobre tributos	5.180	4.335
Patrocínio cultural	940	1.825
Indenizações cíveis	124	557
Outras	240	46
Total	6.484	6.763

18) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Recetas de aluguéis	12.835	11.457
Resultado na alienação de investimento e valores e bens	76	(102)
Reversão de provisões não operacionais	-	29.503
Provisão para desvalorização de bens não de uso	-	14
Total	12.911	40.972

19) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas e empresas coligadas e controladas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2013		2012	
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Aplicações:				
Banco Bradesco S.A.	154	100	-	-
Aplicados em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.	1.320.505	1.267.006	98.882	286.596
Dividendos/juros sobre o capital próprio:				
Banco Bradesco S.A.	(1.004)	-	-	-
Serel Participações S.A.	18.265	18.265	-	-
Caesal Holdings Ltda.	13	273	-	-
Outras controladas e coligadas	82	82	-	-
Aluguéis:				
Banco Bradesco Asset Management S.A. DTVM	-	-	910	522
Banco Bradesco S.A.	-	-	5.125	8.683

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Atuante na Assembleia Geral Ordinária e fixado:
• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
• As formas e os critérios para a atualização dos Planos de Previdência Complementar abertos das Administrações, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

A Instituição é parte integrante da organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., bem como por serviços prestados em nome da Instituição.
A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do Artigo 10 - Plano Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:
a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscal e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
c) Pessoas físicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

20) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Instituição mantém planos de previdência para o Banco Bradesco S.A. patrocinado por benefício definido pelo meio da Caixa de Previdência Privada do Banco do Estado do Ceará - CABEC. As obrigações atuariais dos planos de contribuição definida e benefício definido estão integralmente cobertas pelos patrimônios dos planos.

Beneficiários garantidores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente (títulos públicos e privados, ações das Companhias abertas e imóveis).

21) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) **Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	154.682	384.880
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	(61.873)	(153.952)
Resultados após o imposto de renda e contribuição social	92.809	230.928
Participações em coligadas e controladas	7.954	20.115
Despesa individualizada líquida de receitas não tributáveis (1)	5.198	(933)
Outros valores	(209)	(541)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(48	